O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratizacão mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano II | Volume 1 | Nº 3| Boa Vista | 2020

http://www.ioles.com.br/boca

ISSN: 2675-1488

http://doi.org/10.5281/zenodo.3752308

BOLETIM DE CONJUNTURA

www.revista.ufrr.br/boca

QUEM SÃO OS ATORES E SEUS RESPECTIVOS INTERESSES NAS ELEIÇÕES GERAIS DA GUYANA?

André Andriw Santos da Silva[1]

Resumo

Este ensaio busca elucidar o cenário político da Guyana pré-eleições, destacando atores internos e externos, bem como seus respectivos interesses. Para tal fim, utilizou-se a técnica de análise dividida em cenário doméstico e internacional, fundamentando-se em fontes primárias, como documentos governamentais e bases de dados institucionais, e secundárias, caracterizadas por pesquisas acadêmicas e matérias jornalísticas. Conclui-se que as eleições consistem em um ponto de inflexão para o desenvolvimento da Guyana a partir da indústria do petróleo.

Palavras-chave: Guyana; Economia Política Internacional; eleições gerais; petróleo.

A República Cooperativa da Guyana[2] é um pequeno país localizado no extremo norte da América do Sul do qual faz fronteira com a Venezuela, Brasil e Suriname. Trata-se de um Estado em desenvolvimento anglófono, onde a fauna, a flora e a arquitetura exuberante do passado colonial delineiam as riquezas do país.

Em 2015, a parceria entre o Estado guyanense e a petrolífera americana ExxonMobil descobriu grandes reservas de petróleo em águas marítimas, colocando o país entre os maiores detentores deste recurso internacionalmente. Esse fato também tem alterado a dinâmica política local, já que o vencedor das próximas eleições gerais agendadas para o dia 2 de março de 2020, usufruirá do fluxo da renda do petróleo para reformar um país carente de políticas educacionais e de infraestrutura.

Nesse sentido, este ensaio analisa o cenário político da Guyana, realçando os principais atores e seus interesses por meio de uma técnica de análise de conjuntura dividida em nível doméstico e internacional, baseando-se em fontes primárias, como base de dados e documentos governamentais, e secundárias, caracterizadas por pesquisas acadêmicas e matérias jornalísticas. A estrutura do ensaio divide-se em três partes, sendo as duas primeiras dedicadas à análise dos atores interno e externo, enquanto as considerações finais são apresentadas na última.

[1] Graduado em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Roraima (UFRR) e mestrando no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP). E-mail para contato: andreandriw1@gmail.com

[2] O presente estudo adotou o nome oficial do país (Guyana) com y e não com i, conforme a regra linguística formal em português em razão da sua relevância terminológica étnica-pós-colonial de autorreferência no país em estudo.

A CONSTRUÇÃO DO CENÁRIO POLÍTICO DA GUYANA

Entender o funcionamento das engrenagens institucionais da Guyana exige um exercício reflexivo acurado, tendo em vista a pluralidade de atores e interesses distribuídos no tabuleiro político. Ao contrário dos outros Estados sul-americanos, a República Cooperativa da Guyana forma, juntamente com Suriname e Guyana Francesa (Território Ultramarino Francês), as Guianas, cujo passado colonial influenciaram diretamente a construção das instituições políticas, econômicas e sociais (SINGH, 2008).

Segundo Visentini (2008), o conjunto de países que formam as Guianas apresentam a peculiaridade de se organizarem politicamente e socialmente em grupos étnicos dos quais foram artificialmente inseridos pelos colonizadores no passado a fim de suprir a carência de mão-de-obra. No caso da Guyana, a presença de chineses, indianos hinduístas e mulçumanos, como também africanos resultara das políticas estatais de colonização emplacadas pelos britânicos na região após a abolição do tráfico negreiro.

Após torna-se independente do Reino Unido em 1965, a Guyana mergulhou em um quadro ditatorial apoiado pelas Forças Armadas, cujas políticas econômicas aplicadas mergulharam o país em um ciclo inflacionário profundo, cerceando oportunidades para a população da qual encontrou na migração a opção de prosperar. Hoje, estima-se que 460 mil guyanenses vivem no exterior, constituindo um universo eleitoral explorável (CORBYN; ARAGON, 2017).

Atualmente, o Estado guyanense apresenta um total de 740 mil habitantes, distribuídos em grupos étnicos caracterizados por: 39,9% indianos, 29,3% afrodescendentes, 19, 9% mestiços, 10.5% ameríndios e 0.5% outros. Visto isso, a organização dos partidos políticos constitui-se a partir da maioria, indianos e negros, ao passo que os demais grupos se distribuem em alianças marginais formadas durante a corrida eleitoral (SINGH, 2008; CIA, 2019).

A distribuição dos partidos no parlamento depende diretamente do apoio dos seus respectivos grupos étnicos, oferecendo margem para que os dois maiores partidos, APNU e PPP/C, alcancem maioria das cadeiras por meio de discursos polarizantes durante as eleições. Como retorno, torna-se comum a construção de políticas que favoreçam somente as zonas eleitorais, isolando a minoria no jogo político (SINGH, 2008; GUYANA, 2020).

Tendo em vista as eleições gerais de março, os presidenciáveis apresentaram diversas propostas fundamentadas na futura renda petrolífera; outros correm pela margem dos partidos tradicionais a fim de denunciar os acordos entre as petrolíferas e o atual governo, como também esquivar-se dos escândalos de corrupção envolvendo empresas privadas e o funcionalismo público.

Quadro 1 – Estrutura política da Guyana

Sistema de Governo	**República Parlamentarista** – Assembleia unicameral com 65 cadeiras (40 eleitas diretamente; 25 eleitas por proporcionalidade de representantes em uma lista fechada)
Eleições	O presidenciável do partido ganhador durante as eleições gerais e regionais é apontado para governar durante 5 anos. O primeiro ministro é apontado pelo presidente.
Principais partidos	A Partnership for National Unity or APNU Alliance for Change or AFC Liberty and Justice Party - LJP National Independent Party People' Progressive Party/Civic-PPP/C The United Force-TUF United Republican Party or URP Change Guyana Political Party (CGPP)
Atual Governo	Presidente David Granger (2015-2020)

Fonte: Elaboração própria. Com base em CIA (2019); GUYANA (2020).

O quadro 2, por sua vez sintetiza as principais propostas dos candidatos à presidência da Guyana. Nesse sentido, o atual presidente, David Granger, busca a reeleição através da coligação APNU+AFC da qual indicou para o cargo de primeiro ministro, Khemraj Ramjattan, político tradicional que ocupou o Ministério da Segurança no atual governo.

Quadro 2 – Principais candidatos à presidência da Guyana

Candidatos(a)	Principais propostas
Presidente: David Granger (Militar da reserva) APNU+AFC Primeiro Ministro: Khemraj Ramjattan (ex-ministro da segurança)	Estruturação do Estado de bem-estar social fundamento em energia renovável Criação de um fundo soberano para investimentos em infraestrutura, educação e saúde Diversificação produtiva
Presidente: Irfaan Ali (ex-ministro da habitação) – PPP/C Primeiro Ministro: Brigadeiro Mark Phillips	Estruturação do Estado de bem-estar social renegociação de todos os acordos com a ExxonMobil Subsídios para agricultores e indústrias Aumentar salários, como também dobrar o valor da pensão; Investimento em segurança pública
Presidente: Phyllis Jordan (Professora) - PRP Primeiro Ministro: - NT	Combate à corrupção Reforma constitucional Criação do sistema previdenciário Universalização da saúde e da educação
Presidente: Robert Badal (Empresário) - CGPP Primeiro Ministro: Nigel Hinds (Empresário) CGPP	Combate à corrupção Renegociação dos acordos com a ExxonMobil Política de empregabilidade e habitação Investimento em educação, infraestrutura e industrialização

Fonte: Elaboração própria. Baseada em SILVA (2020).
Nota: A elaboração do quadro considerou a técnica de *clipping*, alocando as principais notícias do cenário político local em uma base de dados entre agosto de 2019 e janeiro de 2020.

Além de possuir o aparelho estatal a seu favor, assim permitindo investir em comunidades interioranas, Granger tem liderado as pesquisas em função da sua participação na construção e institucionalização do setor de petróleo e gás no país, bem como ter controlado os surtos inflacionários mediante reformas fiscais e monetária. A principal proposta diz respeito à estruturação de um Estado de

bem-estar social sustentável, calcado em um fundo soberano responsável por investir em infraestrutura, principalmente em energias renováveis e educação. (GUYANA, 2020).

Desafiando o atual governo, Irfaan Ali (ex-ministro da habitação) e o brigadeiro aposentado Mark Phillips, ambos do partido *People's Progressive Party Civic* (PPP/C), formam uma aliança oposicionista que tem atraído cidadãos descontentes com ausência de políticas assistencialistas no atual governo, além da presença estrangeira no que se refere à gestão dos recursos naturais da Guyana.

Existe um forte movimento liderado por Irfaan Ali para denunciar os acordos feitos com a ExxonMobil, uma vez que executivos da multinacional pressionaram o governo para que legislações sobre a exploração de petróleo fossem elaboradas urgentemente. Na visão oposicionista, o acerto somente favoreceu a petrolífera, já que o arcabouço jurídico não foi pensado a partir do Estado guyanense, mas por consultorias estrangeiras (GUYANA CHRONICLES, 2019).

Se eleito, Irfaan Ali propõe-se renegociar todos os acordos com a ExxonMobil a fim de obter um acordo mais justo para os guyanenses, ao passo que a construção de linhas assistenciais e de subsídios para setores produtivos fundamentadas na renda petrolífera também foram apresentadas pelo candidato. No quadro das pesquisas, Ali e o PPP/C apresentam-se em segundo lugar, com uma leve desvantagem de não ser unanimidade dentro do partido (GUYANA CHRONICLES, 2019).

Ao analisar-se a participação dos partidos minoritários, observa-se uma intensa contestação do *status quo* por parte dos *outsiders*. No caso de Phyllis Jordan, do *People's Republic Party* (PRP), o seu discurso fundamenta-se no progressismo, com bandeiras associadas à universalização da saúde e da educação, como também do desenvolvimento consciente e diversificado economicamente (PRP, 2020).

Outro candidato é o empresário Robert Badal, o qual fundou o *Change Guyana Political Party* (CGPP) em 2019 a fim de concorrer às eleições em março. Aliou-se com o parceiro de negócios Nigel Hinds para apresentar uma plataforma alternativa aos tradicionais partidos do país fundamentada na modernização estatal, com políticas de geração de emprego e renda, bem como habitacionais; industrialização, investimento em infraestrutura e reformas no setor educacional são outras iniciativas defendidas pelos desafiantes (KAIETEUR NEWS, 2019).

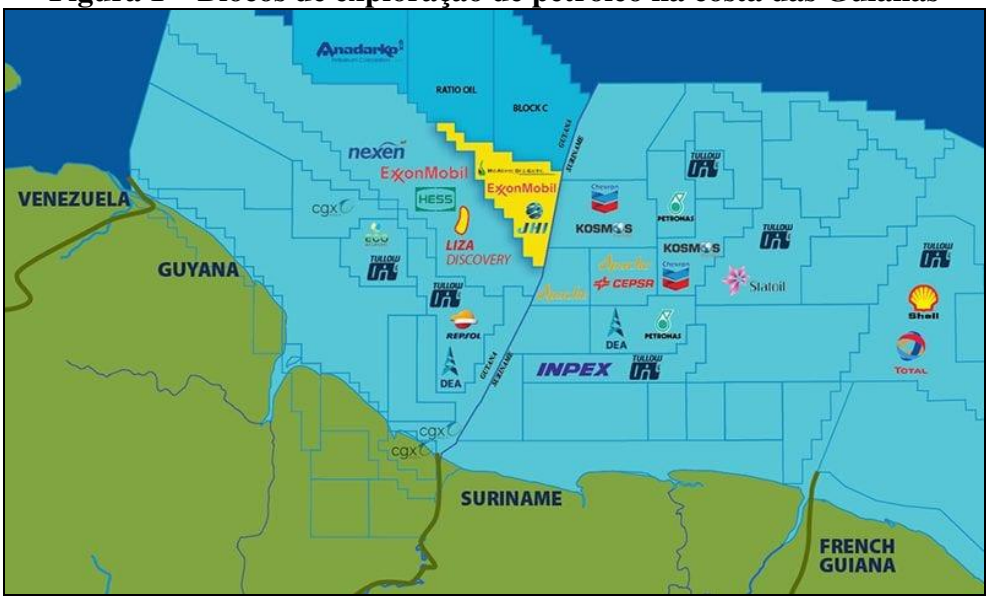
Conclusivamente, a formulação do tabuleiro político no cenário doméstico apresenta atores políticos tradicionais, como David Granger e Irfaan Ali, ao passo que estreantes continuam isolados em função de uma rígida estrutura sustentada pelos grandes partidos. As eleições ganham relevância em função dos interesses externos analisados no tópico seguinte.

QUEM SÃO OS INTERESSADOS EXTERNOS?

As reservas de petróleo da Guyana têm atraído a atenção de inúmeros atores internacionais, especialmente das potências, Estados Unidos e China, das quais apoiam diretamente a entrada das suas multinacionais no mercado guyanense como parte da disputa por zonas de influência na América Latina e Caribe (JENKINS *et al*., 2008).

No caso estadunidense, a participação direta da ExxonMobil na exploração, produção e comercialização do petróleo guyanense conferiu-lhe poder de barganha para aprofundamento de futuros projetos compartilhados com empresas britânicas e francesas nos setores de refinamento e transporte. Tal fato ancora a projeção externa guyanense dentro da orbita ocidental estabelecida no governo Granger (CHATHAM HOUSE, 2017; EXXONMOBIL, 2020).

Figura 1 – Blocos de exploração de petróleo na costa das Guianas



Fonte: Oil Now (2019)

A China, por outro lado, ganhou espaço mediante linhas de financiamento para projetos de infraestrutura na Guyana dos quais atingiram US$ 37.3 milhões em 2017, sobretudo em hotelaria e telecomunicações, ao passo que complementa, por meio de iniciativas calcadas na cooperação Sul-Sul, áreas sensíveis e deficitárias ao Estado guyanense, como saúde e educação. No caso chinês, o incremento dos investimentos no país vai de encontro a manobras realizadas na América Latina e Caribe a fim de mitigar a influência norte-americana (GUYANA, 2018).

Do ponto de vista regional, o Brasil tem angariado oportunidades por meio de iniciativas bilaterais com a Guyana das quais renderam US$ 41,5 milhões em transações comerciais no ano de 2018. Contudo, é na construção da estrada Lethem-Georgetown que existe interesse de políticos e

empresários do estado de Roraima dos quais visualizam a integração da região Norte com mercados caribenhos e europeus, uma vez que se reduz custos logísticos (MRE, 2018).

Em matéria publicada pelo Valor Econômico (2020), o próprio governo brasileiro sinalizou que a prioridade é investir em infraestrutura interna em vez de projetos de integração. No caso, alterações ideológicas no cenário político guyanense não alinhadas com a gestão Bolsonaro podem afastar quaisquer intenções de investimento na Guyana.

De outro modo, os litígios fronteiriços da Guyana com a Venezuela e Suriname tornam-se fatores de insegurança política e jurídica no país para investimentos em infraestrutura. Os venezuelanos reivindicam a Guyana Essequiba, região com elevada capacidade energética da qual a Corte Internacional de Justiça arbitrou a favor do Estado guyanense nos fins de 2019, o que não foi acatado pela república venezuelana (GUYANA, 2019).

Segundo o Governo da Guyana (2019) as disputas com o Suriname dizem respeito a fronteiras ao longo do rio Corentyne, principalmente no triangulo territorial Novo-Kotari-Koetari. Em 2007, o governo surinamês e guyanense acertara uma parte do litígio com base na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, o que trouxe uma estabilidade limitada, já que transições políticas congelam as negociações bilaterais para outros certames.

No todo, os interesses externos inerentes as eleições gerais na Guyana envolvem disputas entre China e EUA por zonas de influência na América Latina e Caribe, ao mesmo tempo que atores regionais buscam janelas de forma a aprofundarem projetos de integração física, como também solucionarem contenciosos fronteiriços dos quais repelem investidores estrangeiros em função da insegurança jurídica e política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As eleições gerais na Guyana consistem em um processo político de extrema importância para a consolidação da democracia no país. Trata-se, na verdade, em escolher o caminho pelo qual a sociedade deseja trilhar a partir dos recursos provenientes do petróleo, algo que gerou não só disputas internas, mas também externas.

Do ponto de vista doméstico, a construção do cenário político apresenta uma configuração enraizada no passado colonial, onde a artificialização da composição social guyanense resultou na pluralidade cultural que nutre o país atualmente, influenciando na maneira como as organizações políticas, econômicas e sociais interagem entre si, prevalecendo, contudo, os dois maiores grupos étnicos no (afrodescendentes e indianos) sobre a minoria das quais distribuem-se em alianças políticas marginais.

Nesse jogo político, o favorito e aquele cuja manutenção do *status quo* tornou-se campanha política que agrega interesses das elites locais conjugados com grupos externos. No caso, o atual presidente da Guyana, David Granger apresenta vantagem considerável em relação ao segundo colocado, Irfaan Ali, o qual alimenta-se do descontentamento da população acerca da ausência de políticas assistenciais, bem como dos casos de corrupção entre funcionários do governo e o setor privado.

Por outro lado, candidatos estreantes, além de enfrentarem a escassez de recursos políticos e financeiros, também se deparam com múltiplas barreiras institucionais que desidratam suas campanhas ao longo do tempo. Todavia, o ponto positivo desse seleto grupo diz respeito à construção de uma agenda de políticas públicas calcadas na renda petrolífera que atacam pontos sensíveis ao desenvolvimento do Estado, como infraestrutura, saúde e educação, o que favorece a construção de alianças na assembleia nacional.

A entrada dos atores externos nessa seara torna-se um ponto de inflexão para as instituições guyanenses, já que a historiografia mundial apresenta as consequências da pressão existente a quem detém grandes reservas de petróleo quando não administradas de forma transparente e equitativa. Além disso, os resultados das eleições na Guyana moldarão o comportamento dos parceiros regionais no que tange aos projetos de integração ou resolução de controvérsias fronteiriças.

Embora a República Cooperativa da Guyana seja pequena apenas no mapa, suas imensas reservas de petróleo têm colocado o país entre os grandes produtores, conferindo-lhe a oportunidade de realizar, através do pleito democrático, transformações estruturais e sociais significativas nos próximos anos.

REFERÊNCIAS

CHATHAM HOUSE. “Gushing money staying green”. **The World Today**, August/September, 2019. Disponível em: <www.chathamhouse.org>. Acesso em: 15/02/2020.

CIA – Central Intelligence Agency. “Guyana”. **The World factbook** [2019]. Disponível em: <www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/gy.html>. Acessado em: 15/02/2020.

CORBIN, H.; ARAGÓN, L. “Diaspora Engagement for Development: Challenges and options in Guyana”. **Revista Geografares**, n. 24, 2017.

EXXONMOBIL. “**Guyana Project Review”**. **Portal Eletrônico ExxonMobil** [05/02/2020]. Disponível em: <https://corporate.exxonmobil.com>. Acesso em: 15/02/2020.

GUYANA CHRONICLE. “AG slams PPP Nandlalls Falsehoods”. **Guyana Chronicle** [08/02/2020]. Disponível em: <http://guyanachronicle.com>. Acesso em: 15/02/2020.

GUYANA CHRONICLE. "We have a strategy to put money in your pockets". **Guyana Chronicle** [08/02/2020]. Disponível em: <http://guyanachronicle.com>. Acesso em: 15/02/2020.

GUYANA. **Bank of Guyana**: annual reports [2018]. Disponível em: <www.bankofguyana.org.gy>. Acesso em: 15/02/2020.

GUYANA. Ministry of Foreign Affairs. **Portal Eletrônico Ministry of Foreign Affairs (Guyana)**. Disponível em: <www.minfor.gov.gy>. Acesso em: 10/10/2019.

JENKINS, R.; PETERS, D.; MOREIRA, M. "The impact of China in Latin America and Caribbean". **World Development**, vol 32, 2008.

KAIETEUR NEWS. "High court asked to order Jagdeo to produce Irfaan Ali academic qualification". Portal Eletrônico Kaieteur News [08/02/2020]. Disponível em: <www.kaieteurnewsonline.com>. Acesso em: 15/02/2020.

LJP – Liberty and Justice Party. "Presidential Candidate". **Portal Eletrônico do Liberty and Justice Party**. Disponível em: <http://voteljp.com/timeline>. Acesso em: 15/02/2020.

MRE – Ministério de Relações Exteriores. "Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos Brasil-Guyana". **Portal Eletrônico do Ministério de Relações Exteriores** [2018]. Disponível em: <www.itamaraty.gov.br>. Acesso em: 15/02/2020.

OIL NOW. "Oil exploration in Guyana". **Portal Eletrônico Oil Now** [2019]. Disponível em: <https://oilnow.gy>. Acesso em: 15/02/2020.

PRP – People´s Republic Party. "Candidate Phyllis Jordan". **Portal Eletrônico Phyllis Jordan** Disponível em: <https://pjjordan.com>. Acesso em: 15/02/2020.

SINGH, C. "Re-democratization in Guyana and Suriname: Critical Comparisons". **European Review of Latin America and Caribbean Studies**, vol. 84, 2008.

SILVA, A. A. **Guyana Project (Base de Dados)** [2020]. Disponível em: <https://drive.google.com/open?id=1Q2Kv-xPKEbMQvyl1GhNSatiMnPpfjipA>. Acesso em: 15/02/2020.

TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL. "Corruption Perception Index". **Portal Eletrônico Transparência Internacional** [2019]. Disponível em: <www.transparency.org>. Acesso em: 15/02/2020.

VALOR ECONÔMICO. "Roraima vê petróleo na Guyana como redenção". **Valor Econômico** [23/01/2020]. Disponível em: <https://valor.globo.com>. Acesso em: 15/02/2020.

VISENTINI, P. "Guiana e Suriname: uma outra América do Sul": **Conjuntura Austral**, vol. 1, n. 1, 2010.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano II | Volume 1 | Nº 3| Boa Vista |2020

http://www.ioles.com.br/boca

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Eduardo Devés, Universidad de Santiago de Chile

Eloi Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima